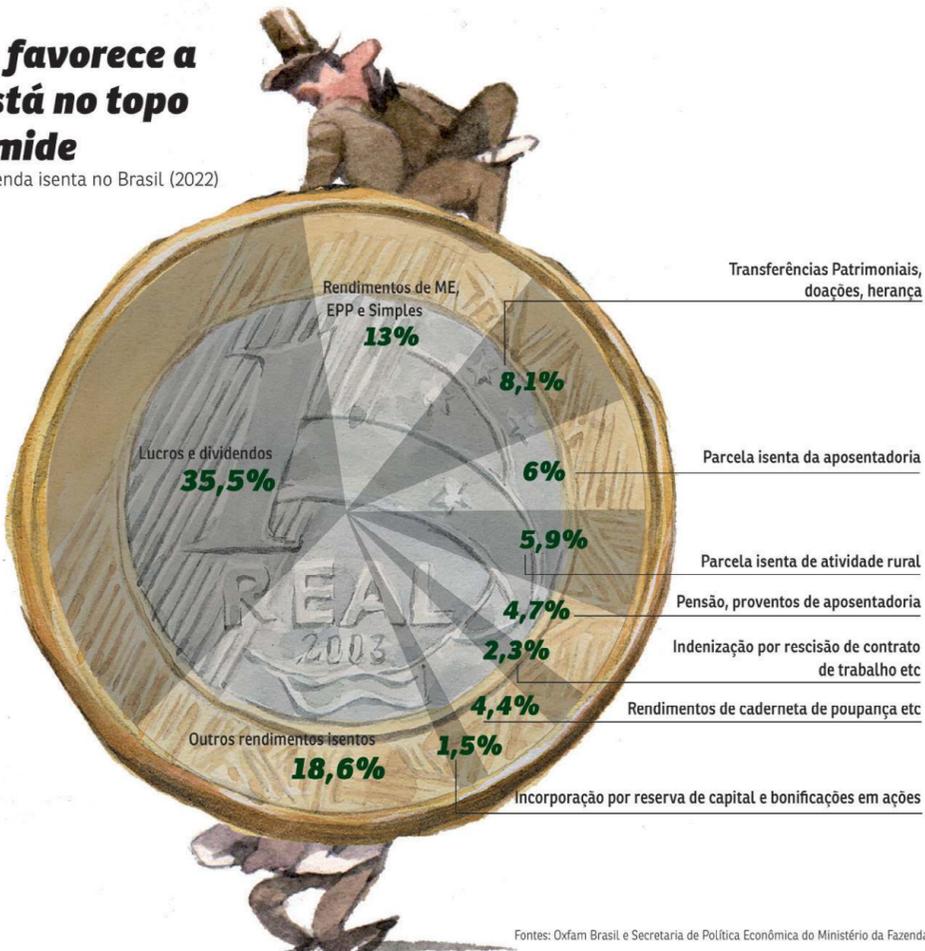


TRIBUTAÇÃO / Levantamento mostra que os ricos multiplicaram seu patrimônio no país em uma velocidade quase três vezes superior ao crescimento da renda da população

Isenção favorece a quem está no topo da pirâmide

Composição da renda isenta no Brasil (2022)



Desigualdade expõe urgência de reforma

» EDLA LULA

Estudos recentes expõem a urgência da discussão de uma reforma da tributação sobre a renda e o patrimônio no Brasil. Prevista para ocorrer ainda este ano, segundo consta da Emenda Constitucional 132, que mudou o sistema tributário do consumo, a mudança é vista como um primeiro passo para reduzir o fosso da desigualdade entre ricos e pobres no país.

Levantamento do economista Sérgio Gobetti, com base nos dados oficiais da Receita Federal sobre as informações da Declaração do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF), mostra que os ricos multiplicaram seu patrimônio no Brasil entre 2017 e 2022 numa velocidade quase três vezes superior ao crescimento da renda da maioria da população.

Os cruzamentos feitos pelo economista entre os dados da Receita e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, enquanto a maioria da população adulta teve um crescimento nominal médio de 33% em sua renda no período analisado, o 0,01% mais rico do país — pouco mais de 15 mil pessoas — viu a renda crescer 96%, em termos nominais.

“O que se vê é que, além dos mais ricos terem, em média, maior crescimento de renda do que a base da pirâmide, a performance é tanto maior quanto maior é o nível de riqueza”, afirma Gobetti, que é pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e foi secretário adjunto de Política Fiscal e Tributária do Ministério da Fazenda.

A análise do economista, publicada no Observatório de Política Fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV), demonstra ainda que, entre os setores com maior crescimento de renda, está o agro. “Os resultados indicam que, além de ter crescido bem acima da média da população, a renda da elite subiu mais nos estados em que, em geral, a economia é dominada pelo agronegócio, chegando a uma alta nominal de 204% (ou 131% em valores reais) no Mato Grosso do Sul (MS) no estrato social constituído pelo 0,01% mais rico”, diz o estudo.

Ao segregar a renda dos estratos mais ricos por tipo de rendimento, separando o que vem do trabalho do que vem do capital, Gobetti demonstra que o aumento da renda se deve, sobretudo, ao aumento de

lucros e dividendos, que são isentos de tributação e, também, pela atividade rural, cuja maior parcela também está isenta.

O economista cita que do total de R\$ 147 bilhões de renda proveniente da atividade rural em 2022, R\$ 101 bilhões teve isenção, sendo que 42% desse montante ficou concentrado no 0,1% mais rico da população, semelhante ao que ocorreu com os lucros e dividendos, em que 44% ficou nas mãos do milésimo mais rico.

“Os resultados da análise com base nos dados do IRPF servem de alerta sobre o processo de reconcentração de renda no Brasil e sobre os vetores que mais contribuem para isso — os rendimentos isentos ou subtributados que se destacam como fonte de remuneração principal entre os super ricos”, observa.

Contexto

A Oxfam, instituição internacional que investiga as desigualdades no mundo — também aponta a falta de tributação dos lucros e dividendos como um dos fatores a reforçar as desigualdades de renda no Brasil.

“Nos países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento], a alíquota marginal máxima média sobre dividendos diminuiu muito desde 1980, de 61% para 42%, e em alguns países, como o Brasil, eles simplesmente não são tributados”, diz a Oxfam no último relatório Desigualdades S.A.

A instituição aponta, no caso do Brasil, assim como no mundo, o forte lobby exercido pelos grandes empresários como responsável por legislações que favorecem os muito ricos, como é o caso da não tributação dos dividendos ou das grandes fortunas.

“No Brasil, a influência do lobby empresarial ficou visível nas discussões em torno da Reforma Tributária do consumo, no ano passado. Isso é possível observar em um dado público: de 15 audiências públicas que ocorreram, apenas uma tratou da redução das desigualdades, enquanto foram várias para falar sobre o impacto da reforma na indústria ou no setor de serviços”, comenta Jefferson Nascimento, coordenador de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil.

Tributação

No caso do imposto sobre a renda, por causa de brechas como a isenção da taxa sobre lucros



O que se vê é que, além dos mais ricos terem, em média, maior crescimento de renda do que a base da pirâmide, a performance é tanto maior quanto maior é o nível de riqueza”

Sérgio Gobetti, economista



A reforma da renda é fundamental, ela é essencial, mas tem que vir associada a ações que resolvam as questões das desigualdades, que são muito estruturais”

Nathalie Beghin, economista

e dividendos, as pessoas que integram o 0,01% mais ricos acabam pagando uma alíquota efetiva de Imposto de Renda Pessoa Física de apenas 1,76%, conforme observa Nascimento, a partir dos dados da DIRPF: “Considerando que a faixa de alíquota máxima é de 27,5%, os super ricos pagam 10 vezes menos do que deveriam pagar, segundo as regras atuais. Na verdade, a tributação justa faria com que eles pagassem muito mais do que esses 27,5%”, opina Nascimento.

Por tudo isso, Nascimento considera ser urgente o debate a respeito da isenção de imposto sobre lucros e dividendos da pessoa física. “Os dados da Receita mostram que o grupo do 1% mais rico do Brasil recebeu, em 2022, R\$ 411 bilhões de lucros e dividendos sem o pagamento de Imposto de Renda. Isso é quase três vezes o orçamento do Bolsa Família de 2024”, comenta.

A Emenda Constitucional da Reforma Tributária do consumo determina que em 180 dias da sua promulgação o governo deverá encaminhar ao Congresso a proposta de reforma da renda, o que deveria ocorrer em março. No entanto, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, declarou, em diversas ocasiões, achar difícil que o tema seja tratado em ano eleitoral, indicando que a matéria será empurrada para 2025.

Desigualdade estrutural

O relatório “Desigualdade S.A. — Como o poder corporativo divide nosso mundo e a necessidade de uma nova era de ação pública”, da Oxfam, vai além das questões tributárias, mostrando que as distorções existentes na distribuição de riquezas contribuem para um sistema tributário que favorece a brancos e homens.

Segundo a instituição, o 0,01% mais rico do Brasil possui 27% dos ativos financeiros, enquanto o 0,1% mais rico, 43% e o 1% mais rico fica com 63%. Os 50% mais pobres, por sua vez, têm apenas 2%. “Fica nítido que a propriedade de ações e participações, em termos econômicos, reflete uma plutocracia e não uma democracia”, diz o estudo da organização social internacional.

Ao mesmo tempo, o documento diz que o rendimento dos brancos, no Brasil, “é mais de 70% superior à renda de pessoas negras”. Além disso, a diferença de renda entre mulheres e homens, torna o sistema tributário desigual em relação ao gênero.

“A Reforma Tributária, para acontecer, terá que ser progressiva, antirracista e feminista”, sugere a economista Nathalie Beghin, do colegiado de gestão do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). “A reforma da renda é fundamental, ela é essencial, mas tem que vir associada a ações que resolvam as questões das desigualdades, que são muito estruturais”, diz Beghin.

A especialista aponta três desigualdades estruturantes que marcam o Brasil desde a colonização e devem ser combatidas na proposta de reforma.

“Há uma elite masculina branca dominante e detentora de todas as riquezas e do poder, que faz com que o Brasil se modernize de forma conservadora, porque, no fundo, não altera as estruturas de exclusão de classe, de cor e de gênero”, acrescenta.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Para evitar o abismo

Ao anunciar o combate ao crime organizado como prioridade de sua gestão no Ministério da Justiça, Ricardo Lewandowski, ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, repetiu diretriz determinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, levando ambos, involuntariamente, a explicar as razões do que faltou dizer com clareza sobre a política industrial divulgada semana passada.

O país é um indigente tecnológico, começando pelo que mais falta para romper nossa maledicência do desenvolvimento e que está para as gestões pública e privada tal como a máquina a vapor e a luz elétrica estiveram no início da era industrial: uma tecnologia de uso geral e com imensa força disruptiva para mudar o status quo.

Essa tecnologia está dominada, configura-se como o alicerce de transformações que põem as potências econômicas em choque, dá às economias emergentes a possibilidade de desafiar os países ricos e vem em evolução contínua. A digitalização dos processos produtivos e administrativos é essa tecnologia de uso geral e a sua evolução sob a forma de inteligência artificial (IA) generativa é o grande, novo salto da vez. A sua aceção não pode ser ignorada por nenhuma política pública e privada sob pena de falir quaisquer intenções.

A falta destes instrumentos, e mais objetivamente sobre como eles funcionam, está na raiz, por exemplo, da goleada do chamado “crime organizado” em países desorganizados. A autoridade de segurança só emerge o que também vemos: jovens descamisados, calçando chinelo de dedo, com uma AK-47 nas mãos. Esses são os “soldados” do crime. Por trás deles estão os ditos “protetores”, gente graúda, não raro ligados a também dita “gente de bem”, rica e bem-sucedida.

O elo entre esses interesses é dinheiro, que assumiu a sua forma digital, nas transações convencionais, e criptografadas (pense no bitcoin), difíceis de rastrear. O “crime” internacional se serve destas tecnologias, imunes ao policiamento prende-bate-arrebenta.

O que o confronto é a inteligência cibernética, e nem isso é 100% garantido, mas sem ela as “facções”, como a imprensa nomeia o PCC, o Comando Vermelho etc., vão seguir ampliando suas redes até chegarem ao coração das instituições, como no México e no Equador.

Estamos nesse estágio de dominação em vários estados, não só no Rio, e isso também é questão de política industrial tecnológica.

Ou se pensa grande ou esquece

Mais que crédito acessível em banco público para trazer de volta a indústria naval, citada como exemplo do que está no radar das intenções, a política industrial deve contemplar o que nos falta em regra e conciliar com a expansão de serviços, esse, sim, grande empregador, já que as indústrias renovadas pela tecnologia criam menos empregos que no passado. Liga-se também à educação, já que tecnologia demanda ensino técnico de base tecnológica.

Há 10 anos, a agenda digital do BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, orientava que “os novos modelos de negócios e as soluções digitais disruptivas em plataformas abertas constituem grande oportunidade para os países, ao mesmo tempo em que exigem adaptar os atuais mecanismos de gestão fiscal e tributária ao uso intensivo de dados na nuvem, big data, data analytics, blockchain, inteligência artificial e machine learning”. Essa agenda vem sendo proposta a todo governante eleito desde 2010 por este escriba.

Não há como falar em segurança pública sem banco de dados de todo cidadão, assim como dos cadastros estaduais de ocorrências. O cara é preso e solto no Nordeste com mandato de prisão aberto no Sul...

A política industrial prevê apoiar a digitalização em quatro anos de 200 mil pequenas indústrias. Nada. O presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, impôs em 2022 a meta de atender todos os 50 mil CNPJs de indústrias ativas no estado até 2025, com Senai estadual à frente, mais Sebrae e Desenvolve SP do governo paulista. Ou se pensa grande ou deixa para lá. Países dão certo fazendo assim.

Mudanças tectônicas à vista

É como enunciou o tecnólogo e investidor Marc Andreessen, criador do browser de internet e cofundador da Andreessen Horowitz, grande casa de investimentos de risco dos Estados Unidos: “Construir não é fácil, ou já estaríamos fazendo. Precisamos exigir mais dos nossos líderes políticos, dos nossos CEOs, dos nossos empresários, dos nossos investidores. Precisamos exigir mais da nossa cultura. Sempre há pessoas excelentes mesmo nos sistemas mais quebrados. Nossa nação e nossa civilização foram construídas com produção. Há apenas uma maneira de honrar esse legado e criar o futuro que queremos para nossos próprios filhos e netos: construindo!” Cadê essa fala aqui?

E não se trata só de retórica, trata-se de realidade em torno da qual EUA e China travam guerras comerciais e híbridas, com mão de gato de autocracias à la Rússia de Putin e Irã dos aiatolás.

Sabe-se, conforme estudo da ARK, dos EUA, que investe em negócios de fronteira (foi pioneira na Tesla), que são hoje as cinco grandes plataformas tecnológicas — Inteligência Artificial, Blockchains, Sequenciamento Multiômica, Armazenamento de Energia e Robótica — estão se tornando uma coisa só e deverão criar mudanças econômicas “tectônicas mais impactantes que a primeira e a segunda revoluções industriais”. De novo: isso é fato, não especulação acadêmica.

Globalmente, diz o estudo, o crescimento real poderá acelerar de 3% em média, durante os últimos 125 anos, para mais de 7% durante os próximos sete anos, à medida que os robôs revigorem a produção, robotáxis transformem os transportes e a inteligência artificial amplifique a produtividade dos trabalhadores do conhecimento.

Como faz? Por onde começar?

Vamos lá, com um breve resumo: 1º, universalizar a identidade digital em suas várias facetas — CPF, CNPJ, ativos transacionáveis (títulos, imóveis, carros etc.); 2º, unificar os cadastros sociais numa plataforma que processe e conecte os dados por órgãos públicos e privados de forma contínua. É fundamental número de identidade único em toda a base de dados. Tal sistema é a coluna mestra da economia digital; 3º, arrecadação tributária com crédito/débito em tempo real, usando tecnologia disponível e a rede de dados do sistema bancário; 4º, real digital (o Drex, a moeda digital que o Banco Central está pronto para lançar); 5º, simplificação e desburocratização, focando agilidade, custo baixo, segurança dos dados e satisfação dos “clientes” finais.

Isso é só para começar. Se fizermos ao menos o básico, combinando ousadia com disciplina, o que parece perdido ou impossível pode ser recuperado e transformado. Devemos, no mínimo, isso ao Brasil.